4. A violenta presença, teoricamente ausente, da violência

ESTE ARTIGO NÃO PODE SER CITADO. ESTÁ DISPONÍVEL APENAS PARA FINS DIDÁTICOS

Quando se discute, entre especialistas, se a sociologia trata ou não trata da violência, uns pensam que sim e outros que não. Michel Wieviorka pode ajudar a esclarecer a aparente contradição. Escreve ele haver um contraste entre a época em que Sartre, Fannon e Foucault se notabilizaram por abordar a questão da violência e a época actual, a partir dos anos 80, em que “o debate filosófico, moral ou ético parece fechado se se trata de violência” (Wieviorka, 2005:68). (É uma discussão similar a que opõe os que têm saudades da hegemonia intelectual da economia política, actualmente destronada por disciplinas como economia e gestão). A segunda parte do livro sobre violência do sociólogo francês trata, precisamente, das diferentes abordagens sociológicas da violência. Separadas entre abordagens culturalistas, politólogas ou economicistas, no seu conjunto consideradas pelo autor insuficientes para explicar a natureza crua da violência exposta na crueldade, as sociologias tratam, mas não fixam para estudo, as violências sempre presentes. Como escreveu Collins, se vamos considerar violência tudo aquilo a que se pode chamar violência, tudo seria violência. A própria vontade dos sujeitos em dar sentido às suas vidas implica alguma forma de violência associada.

Tratar da violência, ainda que de maneira espartilhada, lateral, superficial, é praticamente inevitável. Pois muitas vezes é impossível negar a sua presença e influência. Outra coisa é oferecer à violência lugar de protagonismo. Dizer que a violência é o centro do poder e da análise social, como o faz Foucault (2006:29-30), nunca foi fácil de aceitar e compreender. Segundo Wieviorka, deixou de ser possível a partir dos anos 80. O mesmo Wieviorka, ao resgatar a discussão da violência no seio das ciências sociais, dedica todo um capítulo do seu livro à “violência e ao Estado”. Mas acaba a afirmar que não tratou da violência do Estado (Wieviorka, 2005:47-80; 281).

Collins trata da violência física, que produz directamente algum mal por contacto directo. Wieviorka trata dos paradigmas da violência e dos tipos de sujeitos violentos, mas não trata da violência que suporta o poder de Estado. A sociologia trata da violência como trata a sociedade: parcelarmente, oferecendo do *elefante* várias visões, todas incompletas e redutoras. A sociologia não deixa de referir a existência de violência por muito lado por onde observa e descreve. Porém, não oferece um saber integrado, uma mais-valia cognitiva, para ajudar a sociedade a tratar melhor disso.

Neste capítulo identificam-se as principais insuficiências da teoria social que inibem o melhor tratamento cognitivo da violência. Trata-se delas não como um problema ideológico, que também será, mas como um problema científico: ao mesmo tempo mais um problema e mais uma oportunidade para fazer avançar as teorias sociais. Há uma homologia entre a marginalidade dos estudos sociológicos sobre as prisões, como se fossem – como se costuma dizer – outra sociedade ou estivessem fora da sociedade, e a situação de uma sociologia da violência especializada, fechada sobre o seu próprio problema, como se não fosse, também, um problema de toda a teoria social. A demonstração de que assim é pode ser feita através da reapreciação do valor das dimensões sociais, ou melhor, da ausência da violência imposta à análise social tal qual ela é praticada comummente. Por fim, deixam-se algumas pistas de solução do problema da integração da violência nas preocupações regulares da teoria social.

# Algumas insuficiências das sociologias da violência

Aquilo de que se pode sentir a falta – a integração de referências cognitivas à existência e persistência da violência na vida moderna – está disperso por especialidades sem comunicação entre si – relações internacionais, criminologia, estudos estratégicos, ciências forenses, etc. Portanto, a uma variedade de trabalhos especializados corresponde, ao mesmo tempo, uma fragilidade quanto à possibilidade de consideração do fenómeno da violência no seu lugar omnipresente no concerto da relevância social. Para uns, há muita literatura a tratar de situações de violência. Para outros, esses trabalhos não satisfazem a curiosidade cognitiva de quem pretende avaliar a violência social e desenvolver formas de a prevenir.

A nossa investigação sobre a violência trouxe-nos à necessidade (será ela oportuna?) de forte autocrítica das próprias teorias sociais. Não é admissível continuar, por razões ideológicas, a privilegiar o valor apologético dos textos sociológicos de uma urbanidade sem mácula e manter a violência fora do campo de análise da teoria social. Sobretudo porque isso é feito a favor da legitimação científica das discriminações sociais de senso comum, quando elas devem ser é denunciadas e combatidas.

A hiperespecialização das ciências sociais tem consequências cognitivas de fragilização da capacidade das teorias sociais romperem com o senso comum e os seus preconceitos. Para compreender a violência, portanto, não basta pensá-la. É indispensável pensar melhor como a actual teoria social a marginaliza e se deixar cair na ilusão de estar a tratar adequadamente de um tópico dessa importância, quando na verdade se é cúmplice da continuidade do seu encobrimento.

Um exemplo: o estudo de maus tratos a crianças em Portugal organizado a pedido da Assembleia da República, instada pela ONU (Almeida, André, & Almeida, 1999). Apresentado aos senhores deputados, o relatório final fez as autoras sentirem-se observadas como “um grupo de senhoras ansiosas” (segundo a expressão usada por Ana Nunes de Almeida para descrever a sensação de desconforto perante a ilustre e incrédula audiência). Apesar de ter havido todo o cuidado em evitar transcrever para o texto final a crueza dos relatos trabalhados, para evitar as sucessivas indisposições de repugnância física experimentadas pelas investigadoras aquando da sua leitura (hora a hora tinham que suspender a leitura para se recomporem), os deputados manifestaram a sua repugnância. A mensagem, moderada pelas autoras para evitar sofrimentos à assistência, não passou para o Estado.

Tratar cientificamente a violência e apresentá-la em público requer novos modos da sociologia se apresentar e de o público a receber. (Será este o tempo de operar tal transformação?) A repugnância do público, incluindo o público especializado em sociologia, perante relatos de violência pode levar ao reforço dos tabus, preconceitos e isolamento social das pessoas envolvidas (agressores, vítimas, testemunhas). Esse isolamento abandona as pessoas envolvidas em síndromes de violência, confirmando, como uma profecia que se auto-realiza, o bom fundamento das discriminações e dos estigmas que servem costumeiramente de causalidades e justificações pré fabricadas do alheamento e de indiferença. A repugnância espontânea nas pessoas civilizadas (Elias, 1990) perante a violência, independentemente da sua causa, e a tensão/medo que as situações violentas produzem naturalmente nas pessoas (Collins, 2008:4-5), ajudam a explicar a construção de tabus, como este. Quem pode escapa-se do centro da acção, como quem foge. Comporta-se como quem não sabe de nada e não quer saber. Como se quem estivesse envolvido em violência fosse impuro por natureza. Mesmo quando se trata de crianças. Se levarmos a sério o preceito de Collins, quando este identifica como uma das características sujas (*dirty*) da violência a escolha de alvos humanos que não tenham capacidade de resposta nem ofereçam riscos de reacção (Collins, 2013), as crianças podem ser alvos preferenciais. Ana Nunes de Almeida cita um estudo norte-americano sobre violência contra crianças que compara as famílias com a situação dos militares em tempo de guerra (Almeida, André, & Almeida, 1999:93). Imagem inversa da propalada pela sociologia (idem:93-95).

A sociologia deve passar a ser competente para não se deixar impressionar pelas barreiras sociais, cognitivas e emocionais que inibem a tomada de conhecimento sobre a existência e persistência da violência. Não deve continuar a interpretar a dificuldade de tomar a iniciativa da violência – que é a principal conclusão de Collins (2008) – e a repugnância ideológica face às representações da violência – que é uma das principais conclusões de Elias (1990) ao caracterizar a nossa civilização – como uma tendência modernizadora de abolição da violência. Ao contrário, a nova e mais afinada sensibilidade contra a violência tem sido usada para desmontar e revelar formas de violência insuspeitadas, porque não apenas toleradas mas incentivadas e naturalizadas pelas sociedades desde tempos imemoriais (Wieviorka, 2005:81-108). Sem falar da autonomia da indústria de armamentos relativamente às necessidades de defesa do Estado (Rolo, 2006).

A violência é associada a grupos sociais e territórios seleccionados (Greaber, 2011:163). E pode sê-lo a partir de políticas globais de criminalização selectiva (Ruggiero, 2000; Woodiwiss, 1988, 2005), discriminatória portanto. Cujas consequências, em parte, são notórias e estudadas (Alexander, 2010; Blackmon, 2009; Wacquant, 2000). Mas noutros aspectos são ignoradas. Já vimos o caso das crianças em família. Pode-se referir a violência contra as crianças ou jovens institucionalizados, contra as mulheres e os ciganos, os migrantes, os jovens de sexo masculino, principais alvo da criminalização, muitos filhos de prisioneiros e/ou abandonados pelas famílias a instituições sociais. Etc.

Outro exemplo empírico: um grupo de polícias brutalizou uma série de moradores do bairro luso-africano da Cova da Moura, nos arredores de Lisboa, tendo a polícia apresentado o caso como um assalto de um *gang* à esquadra local (AA VV, 2015). A associação cívica o Moinho da Juventude, de que eram colaboradores alguns dos jovens brutalizados, organizou uma singular manifestação de protesto contra a violência policial junto à Assembleia da República. O Bloco de Esquerda organizou uma audição parlamentar sobre o assunto. Ficou a saber-se serem aquele tipo de eventos – considerados tortura – não raros nos bairros classificados como problemáticos. Nalguns casos tendo produzido mortes entre a população – noutros casos entre polícias. Mas o caso jamais adquiriu foros de caso político.

Este tipo de eventos é muito comentado na imprensa popular ou tabloide, geralmente de forma unilateral, isto é, sem ouvir ambas as partes (Dores, 2013). O diálogo entre as populações estigmatizadas e as polícias (elas próprias estigmatizadas também) é raro e jamais continuado. As versões dos acontecimentos incompatíveis umas com as outras saltam sem surpresa, obrigando quem não assistiu a escolher ideologicamente qual das partes em presença deve acreditar. Quando as direcções das polícias faltam à verdade de forma óbvia e notória não há consequências para quem mente em nome das instituições de segurança do estado. Oferecendo ao público, e sobretudo às pessoas envolvidas na violência, a convicção da arbitrariedade da sua acção. E, portanto, do seu poder. Como se cada agente de segurança fosse um ditador no alcance da sua acção. Estimulando o medo a quem se aproxime. Impondo a violência contra os mais fracos como um padrão de comportamento legítimo.

Outra das consequências desta situação estrutural é a construção de barreiras sociais etéreas mas firmes através do uso social das forças de segurança. As diferenças de classe, entre as classes integradas e as classes perigosas, entre bairros de classe média e bairros problemáticos – classificações intermédias de alerta de segurança pré-marcada, gerando efeitos de profecias que se auto-realizam. Temores entre os agentes policiais sobre a inacessibilidade ou hostilidade de certas populações incutimos desconfiança. Oposição às polícias e aos serviços do estado em geral, que acompanham frequentemente a mesma sensibilidade aos estigmas de que sofrem as forças de segurança.

A violência torna-se, assim, assunto menor, caso de polícia, emergência de baixo, inferior; alvos legítimos de processos de esmagamento pela sua fragilidade e pela indiferença politicamente fabricadas. Violência indigna de ser apreciada no debate político propriamente dito. Fechando-se o ciclo de estigmatização a nível social e elevando o debate próprio das classes dominantes de modo a colocar de baixo do tapete aquilo que se organiza atrás das cortinas de fumo (Hirschman, 1997).

Uma delegação, integrando o internacionalmente prestigiado sociólogo Boaventura Sousa Santos e a premiada Associação Moinho da Juventude, pediu para ser recebida pelos grupos parlamentares da Assembleia da República, em defesa da versão das vítimas da violência policial, que trabalhavam como investigadores e animadores socio-culturais sob as suas orientações. Os grupos parlamentares do arco da governação não receberam a delegação e ninguém, a esse nível, se pronunciou sobre o assunto.

A dispersão do tratamento da violência, portanto, não apenas realizada pela hiperespecialização das disciplinas sociais mas também pelo isolamento entre si dos diversos níveis sociais organizados, para distinguir a vida de diferentes classes sociais, e pela separação entre a dignidade do debate de casos policiais (e judiciais) e casos políticos. A violência fica retida – do ponto de vista da representação dominante – intencionalmente nos níveis sociais inferiores e, por sua vez, as vítimas dessa violência, como foi o caso, podem tentar – através da ONU, de organizações da sociedade civil ou de manifestações públicas – impor aos grupos sociais dominantes a presença do assunto à sua atenção política. Estes últimos, a ter em conta os dois exemplos acima, desvalorizam ou ignoram os problemas. Embora, noutras ocasiões, possam empolar os assuntos a extremos, como nos casos das Torres Gémeas que se tornou pretexto para organizar uma guerra de civilizações, não apenas desproporcionada como moralmente condenável e contraproducente relativamente aos objectivos declarados, ou o mais recente caso Charlie Hebdo. Com esta dualidade de critérios – entre abafar os casos de violência e explorá-los política e emocionalmente – abre-se espaço para as mais diversificadas teorias da conspiração. Turvando não apenas os debates políticos como as investigações científicas sobre a violência.

# Por uma sociologia científica

As sociedades não são compósitos de náufragos que nada têm a ver uns com os outros. Ao invés, são objectos integrados, complexos, feitos de múltiplas articulações de presenças e ausências, mecanismos e ambientes, forças e fluxos, materiais e imateriais que, de uma forma ou de outra, colocam todos em contacto com todos. Quando definimos violência, como um objecto de estudo, devemos ter em conta a característica das ciências sociais actuais de dispersar subdisciplinas, isolando-as entre si por ausência de um espaço de convergência intelectual, tornado vazio pelo próprio movimento de especialização e isolamento. Será a dinâmica centrípeta de hiperespecialização nas ciências sociais compatível ou apropriada ao carácter integrado, complexo e convergente (para um ideal de humanidade globalizada) das sociedades que estuda?

Deve a sociologia organizar-se em movimentos centrípetos, de temeroso recolhimento, subdisciplinar enquanto a sociedade se organiza globalmente em movimentos centrífugos de audaciosas ambições?

Michel Wieviorka conforma-se com os limites da sociologia. Limita-se a considerá-los estreitos para compreender os fenómenos sociais de transformação. Conforma-se com a noção polissémica de violência usada pelo senso-comum. Procura definir-lhe melhor o sentido, conjuntural, epocal, operativo, em função das circunstâncias das lutas sociais em curso. Chama-lhe paradigma. Segue Touraine, o seu mestre, e trabalha dentro do seu próprio campo intelectual de referências, cuja produtividade procura usar e mostrar. Campo que usa as disciplinas das ciências sociais (sociologia, relações internacionais, psicologia, direito) como instrumentos intelectuais à disposição. Sem se deter nas suas fronteiras.

Collins, por seu lado, mergulha no mundo das sequelas das intuições sociológicas de Durkheim mantidas vivas por alguns interaccionistas simbólicos, como Goffman. Chama interaccionismo radical à sua abordagem da sociologia. Fixa, para efeitos de investigação, uma definição discutível de violência, capaz de questionar as teorias sociais dominantes, actualmente sobretudo seduzidas pela conciliação entre as intuições marxistas e weberianas. Toma partido dentro do campo da sociologia a favor de Durkheim (Collins, 2005) e parte para a exploração de um campo presente por toda a parte mas, ao mesmo tempo, abandonado pela teoria social dominante: o conflito, primeiro, a violência, mais recentemente.

Para Wieviorka, ele há acções determinantes para a construção de boas sociedades, e essas acções devem ser valorizadas, mesmo quando são violentas; ele há acções destrutivas das vidas das pessoas, e essas devem ser combatidas; sobretudo se forem violentas. O problema é que nunca se sabe bem quais sejam as primeiras e quais sejam as segundas. É aqui que a ciência pode ser útil. Acções benéficas para o progresso podem surgir na sequência de atrocidades horríveis. E acções destrutivas são, eventualmente, meros escapes para tensões sociais criadas por acções positivas e construtivas. Nunca se sabe quando as boas acções/intenções se tornam efectivamente relevantes e perenes, em termos históricos. Nem quando as más acções/intenções são apenas passageiras, e podem ser ignoradas, ou é hora do combate intransigente entre o bem e o mal. O que há a fazer é ir acompanhando, em tempo real, as situações, e intervindo, do lado da ciência, de modo a aumentar as probabilidades de tudo correr o melhor possível, caso a razão prevaleça.

Em concreto, segundo Wieviorka, isso faz-se através do desenho de paradigmas de violência epocais, capazes de avaliar as potencialidades de diferentes actores estratégicos em presença, e através de uma tipologia de sujeitos violentos, desenhada por medida para cada caso paradigmático. Cientificamente, o sociólogo francês propõe-se experimentar, jogar e verificar a proximidade ou aderência dos perfis idealizados às práticas empíricas das épocas referenciadas. Em caso negativo, o passo seguinte será melhorar os instrumentos metodológicos, paradigma e tipologia, ou pelo menos um deles, de modo a construir uma teoria mais realista.

A mudança de paradigma social, assinalada por Wieviorka, nos anos setenta, depois dos trinta anos de crescimento económico no pós-guerra, destronou o conflito, moderado pelos estados nacionais, em favor da violência aberta global. Entraram actores locais e globais não estatais a contestarem a gestão dos conflitos institucionalizada pelos estados sociais e pela Guerra Fria. Com a emergência da violência não ideológica (de inspiração religiosa, por exemplo) nas últimas décadas definiu-se o paradigma actual de violência.

Para Collins, o ponto de partida é outro: as especificidades das interacções sociais violentas.

a) o autor informa que macro-violência será estudada numa segunda fase de trabalho; b) a melhor definição de violência exige a desconsideração da violência simbólica e retém apenas a violência física.

Tal objecto de estudo é artificial (por um lado, não há violência física sem violência simbólica, como o próprio autor conclui, ao reconhecer ser a superioridade emocional que determina o desfecho nas disputas violentas, mesmo em condições físicas de maior desequilíbrio (Collins, 2008:80); por outro lado, como veremos através dos casos de violência trazidos pelos estudantes ao curso de sociologia da violência, é difícil pensar um caso de violência sem ter em conta a acção ou a inacção do estado, dos media, da consciência colectiva, numa palavra, do meio, como Collins ele própria também salienta) e é redutor (muita violência é invisível, terá que ser descoberta pela ciência. Como vimos acima, grande parte da violência é como a mágica e o ilusionismo: é naturalizada, como se fosse apenas a vida contra os mais fracos. Precisamente o que a violência simbólica pretende captar (Bourdieu, 2013)).

Por outro lado, as mesmas causas não produzem os mesmos efeitos. As autoridades policiais sabem como os estados jogam em cada acção violenta em que intervêm a sua legitimidade política. Ele há casos em que a violência estatal ou policial habitual, normalizada e naturalizada, espoleta convulsões sociais inesperadas e sem controlo. Como foi o caso das torturas em Abu Grahib, na verdade banais nas próprias cadeias dos EUA (Perkinson, 2004), ou o caso que passou a ser conhecido por “I can´t breathe” – não posso respirar – transformado palavra de ordem de grandes manifestações norte-americanas a denunciar o racismo, durante o Verão de 2014.

A ciência pode (e deve) elevar-se aos caminhos do conhecimento, sem ambições religiosas ou dogmáticas de explicar tudo de uma vez. Há, pois, que confrontar resultados obtidos, importantes em qualquer dos autores citados, e as nossas próprias necessidades cognitivas e práticas. Um, Wieviorka, trabalhando em macro sociologia, e outro, Collins, em micro sociologia.

O ponto de vista que conduz este livro decorre da experiência de estudos sobre prisões, em particular o espanto com a extrema tensão moral (social e pessoal) sempre que se aborda o tema. Tensão sobretudo grande para os profissionais e para as pessoas directamente envolvidas, cheias de raiva e com medo de a manifestarem publicamente. Raiva e medo tratados institucionalmente pelo direito criminal centrado no arguido, causa humana da violência ilegítima. Violência física ou simbólica legalmente tipificada pelas leis criminais.

O espírito de corpo das forças policiais, que captura também uma parte dos magistrados e procuradores, a impreparação dos sistemas de justiça para resistir aos estigmas e combater as discriminações (desejo frustrado de John Rawls), as políticas de segredo de estado que recobrem as penitenciárias e a sua gestão, as culturas cruéis e de segredo que aí se desenvolvem (Dores & Preto, 2013), os usos indevidos do sistema criminal por políticas proibicionistas corruptas (Woodiwiss, 1988), são tudo aspectos da perversidade das relações sociais. A repugnância perante a violência (Elias, 1990) pode inibir a violência. Mas também pode maximiza-la, sobretudo na guerra servida por meios tecnológicos de distanciamento entre agressores e vítimas.

Apenas através do conhecimento não há esperança de se reunirem condições de questionamento das violências protegidas pelos sistemas penitenciários, de que nenhum estado prescinde. Demonstra-o a experiência de Stanford, conduzida no início dos anos 70 por um conhecido psicossociólogo, cujos resultados são um manifesto à desumanidade de qualquer forma de encarceramento, incluindo as menos duras. Ora, nem a reedição mais reflectida e melhorada dos resultados da experiência, 35 anos depois (Zimbardo, 2007), teve algum impacto político ou social na reavaliação do uso das prisões.

Há algo na maneira de (não) ver a crueldade que favorece o uso social da violência pelos mais poderosos contra os mais fracos.

Para usar as ideias de Wieviorka, o reconhecimento da existência de tensões que anunciam situações de violência, por exemplo entre trabalhadores e patrões, permite organizar o conflito, isto é, a tradução das lutas físicas de rua em discussões à mesa negocial. De uma forma geral, permitir focar a atenção das pessoas e das sociedades nos seus problemas faz com que as soluções de força possam ser contornadas racionalmente. O inverso, a dispersão da atenção das pessoas e das sociedades das causas da violência, das situações de tensão próprias do sistema, a construção de segredos sociais sobre tais assuntos, usando tabus para os encobrir, potencia explosões de violência. E torna inexplicáveis tais assomos, casos de polícia em vez de casos de política.

A pergunta central para uma sociologia da violência é: pode o conhecimento inibir o uso social da violência, tanto na vida quotidiana e familiar como a praticada pelos estados, como a tortura? Ou é o conhecimento, mesmo aquele que parece proclamar a não-violência, cúmplice das violências pelo simples facto de se deixar levar pela tendência civilizacional, identificada genialmente por Norbert Elias, a que repugna a representação pública da violência?

A melhor hipótese de resposta que se sugere é: organizar a atenção sobre a violência, para lá dos tabus que a recobrem no dia-a-dia, é, por si, a melhor e única forma de a ciência contribuir para a prevenção da violência. O que, todavia, dificilmente será suficiente sem práticas sociais e políticas de prevenção da violência.

A organização subdisciplinar das ciências sociais permite especializar um reduzido número de sociólogos no tema. Porém, evita, ao mesmo tempo, implicar todas as ciências sociais nessa batalha civilizacional. A teoria social dominante pode, assim, manter-se alheia a essas discussões (e tacitamente cúmplice), como se não fosse sua obrigação intervir na parte cognitiva de prevenção da violência.

Dispor a sociologia a repensar-se para servir o objectivo de prevenir a violência, a partir do conhecimento e da atenção dedicada ao assunto, não é tarefa pouco ambiciosa. Trata-se de avaliar as consequências da radical separação cartesiana entre os mundos físicos e virtuais, os níveis de baixo e de cima da realidade, entre os factos e os juízos, os corpos e as mentes, a política e o social, as ciências sociais e naturais e, no interior de cada campo, disciplinas e subdisciplinas isoladas entre si. Se nos fosse possível passar a pensar de forma integrada, natureza e humanidade, coisas e vida, seres humanos e almas, as violências (e as torturas) continuariam a beneficiar dos mesmos encobrimentos e a ter as mesmas liberdades que têm actualmente?

# Abrir as prisões a ciências sociais abertas

Pode parecer estranho trazer as prisões à discussão estratégica sobre as ciências sociais. Mas não é original. Foucault (1999) encontrou na ideia de disciplina dos corpos e das mentes a forma moderna de saber-poder de que as prisões são exemplo radical. Forma de tradução e transformação de saber em violência e vice-versa.

Nas prisões a violência simbólica – ser condenado ao isolamento, sendo proibida qualquer outra forma de coacção – mostra como é impossível separá-la da violência física. É nas prisões – não apenas as penitenciárias, mas todas as instituições em que se admite legítima a restrição da liberdade ambulatória das pessoas, crianças, jovens, mancebos, doentes, idosos, religiosos, detidos pela polícia, etc. – onde as instituições internacionalmente criadas para a prevenção da tortura incidem. Precisamente porque a violência simbólica está intimamente ligada à violência física e ambas e, sobretudo, as respectivas ligações recobertas por processos de encobrimento, de repugnância, estigmatização, de discriminação, de naturalização. Reproduzido cognitivamente por saberes analíticos, cartesianos, centrípetos.

Os segredos, os escamoteamentos, os encobrimentos, as cumplicidades tácitas, os arrastar de pés institucionais relativos à violência do estado, capazes de produzir condições sociais favoráveis ao exercício da violência intramuros, muros físicos e simbólicos, separam a violência privada da benevolência e moral públicas, nas famílias, nas instituições ou também no estado.

Do ponto de vista científico, neutral, objectivo, orientado para des(en)cobrir os factos da vida humana, a estranheza deveria ser a de as teorias sociais serem respeitadoras dos tabus que tornam impune e até popular certos tipos de violência, e as violências mais vulgares: “entre marido e mulher não metas a colher!” ou “se estão na prisão é porque alguma coisa fizeram” ou ainda “quem bate – na mulher ou no prisioneiro – pode não saber porque o faz. Mas a vítima sabe-o”. A marginalização dos estudos sociais da violência no quadro das ciências sociais não é um resultado aleatório dos interesses de investigação. É respeito pelos segredos sociais. Na prática, um reforço dos estigmas sociais.

Por exemplo, a declaração dos direitos humanos não é suficiente para incluir nessas normas os direitos de todos os seres humanos. As práticas discriminatórias estão de tal modo socialmente naturalizadas e banalizadas que é necessário recorrer a instrumentos normativos complementares para fazer vingar um princípio básico de igualdade perante a lei. Mulheres, crianças, imigrantes e respectivas famílias, povos primeiros, são objecto de documentos especializados, com o intuito de assinalar normativamente o valor da declaração universal também para o caso de pessoas socialmente desclassificadas. Alguma atenção cognitiva notará que a essa necessidade de especificação correspondem, na prática, processos de exclusão e discriminação naturalizados, costumeiros, violências que não produzem repugnância civilizacional, que fazem vítimas a maioria das pessoas vivas. Mesmo que disso a maioria não se dê conta.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos resultados dos horrores das duas grandes guerras organizadas pelo ocidente contra si próprio, na primeira metade do século XX. O Holocausto, os campos de concentração e crematórios associados são o núcleo duro do trauma colectivo deixado em herança às gerações seguintes. A verdade é que para a teoria social tudo se passa como se esse período da história social simplesmente não tivesse ocorrido. A sociedade é sempre imaginada como uma sociedade moderna e pacífica, quando nada é mais estranho à realidade. A teoria social comporta-se perante as prisões, sobretudo as mais próximas do investigador, como perante irrealidades, porém bem reais. A teoria social, tal como o senso comum, vive horrorizada pela extrema violência e descarta-se magicamente dela, fingindo que não existe. Aceitando e reforçando a tendência civilizada, descrita por Norbert Elias (1990), de emitir emoções de repugnância, em vez de concentrar toda a sua atenção e compreensão. Sem as quais ciência alguma pode ser praticada. Recusando, ao mesmo tempo, cumprir uma função preventiva da violência que é a de a expor publicamente, e não pudicamente.

A sociologia da violência, parece claro, não irá poder evitar questionar-se sobre esta amputação da história mais recente, na imaginação sociológica. Porque é que a sociologia clássica e a sociologia contemporânea tratam, respectivamente do período antes das guerras e depois das duas guerras mundiais e nenhuma sociologia trata da primeira parte do século XX? Porque é que a partir dos anos oitenta a violência, tratada de forma não científica pelos intelectuais do pós-guerra, passou a ser tacitamente um tabu (Wieviorka, 2005:68).

Estas questões não interessam apenas à sociologia da violência. O escamoteamento da violência, como fenómeno social, implicou distorções ao nível das definições, tácitas e explícitas, sobre o que seja o próprio objecto de estudo da sociologia, a sociedade. Implicitamente, como para o senso comum, sociedade nas teorias sociais refere-se às relações sociais urbanas. Incluindo tacitamente um sentido moral imbuído na expressão urbanidade, por oposição aos migrantes oriundos dos campos ou das cidades mais pequenas e desintegrados das sociedades de acolhimento, misturados com os excluídos e pobres. As prisões, como os lugares onde habitam as pessoas excluídas, por exemplo, são tratadas como mundos à parte, fora da sociedade (Cunha, 2002). Somatório de pessoas isoladas por praticarem actos anti-sociais. Presas para oferecer segurança aos cidadãos normais e cuidadas por especialistas sociais e policiais em contenção dos problemas sociais (Goffman, 2004).

Pode a teoria social continuar a acompanhar esta premissa, o senso comum e as discriminações implícitas, de que há prisões fora da sociedade? Humanos que não são humanos de pleno direito? Em particular, abrindo espaço para o surgimento de toda uma ciência especializada, como a criminologia? Não será tal postura uma capitulação face às discriminações praticadas socialmente? Um reforço científico da sua naturalização? Uma recusa em organizar o descobrimento do núcleo duro da construção das sociedades humanas?

\* \* \*

O mesmo género de repressão organizada pelas prisões, seguindo políticas de prevenção baseadas na violência contra os presos e ameaça de violência contra quem possa pretender cometer crimes, atinge indirectamente os investigadores sociais. Em todas as organizações, incluindo as de investigação, a repressão e a intimidação estão activas e são legitimadas. Notou-o Wieviorka, no seu caso pessoal, por se interessar por terrorismo. Quando um seu director lhe perguntou pela razão do seu interesse em tratar o tema, sentiu o questionamento como uma ameaça à sua carreira, como uma censura, como antipatia, como uma fronteira. Isso não o impediu de manter o interesse e a disponibilidade para investigar o assunto. Mas, manifestamente, não esqueceu a sinalização. O mesmo ocorre noutras matérias. Os que estudam a sociedade da informação e do conhecimento notam a dificuldade em ultrapassar o dilema que separa os estudos tecno-optimistas dos tecno-pessimistas. Acabam por ter que escolher o lado em que querem participar, como se estivessem a ser julgados em tribunal criminal, isto é, como se a contradição entre as partes fossem insanável. Como se o maniqueísmo fosse inultrapassável. Quem escolhe estudos prisionais ou criminais ou violência, por maioria de razão, terá de confrontar-se com a discriminação social tácita e naturalizada dos arguidos e dos condenados e da parte guerreira oposta à identidade social de cada um. A que corresponde uma selectividade notória (desfavorável aos homens, jovens, sem família, sem educação, pobres, não nacionais, de etnias africanas e ciganas) que corresponde às convicções de senso-comum sobre a perigosidade: associação de força virtual e inferioridade existencial e moral dos grupos estigmatizados (Ruggiero, 2000).

Não são apenas os juízos políticos que fundam discriminações. As ciências e os sociólogos, através do acolhimento benévolo de discriminações consensuais, máxime, as sensibilidades de senso comum vigentes e, em especial, as legalmente reconhecidas pelo sistema criminal, independentemente da evidente tendenciosidade das avaliações da culpabilidade de facto que se pode fazer das pessoas encarceradas (Alexander, 2010; Blackmon, 2009; Gilmore, 2007; Davis, 2005; Christie, 2000; Wacquant, 2000), reforçam os efeitos de encobrimento e alienação das pessoas face aos exercícios de violência quotidiana e institucional. Numa palavra: social.

A repugnância perante a violência, identificada por Elias, ou a tensão-medo referenciada por Collins, afectam tanto as avaliações comuns da violência como as avaliações inspiradas pelas teorias sociais. Deixa-se de querer observar a violência, porque a disposição de dar atenção à violência é perigosa em si mesma e simbólica e cognitivamente violenta. O estudo da violência exige desencobrir a anatomia do *status-quo*. Mostrar os mecanismos naturais e naturalizados que incluem violência – porque é assim a vida – como fenómenos existenciais complexos e integrados, independentemente das culpas que possam ser moralmente atribuídas, tantas vezes a convenientes bodes expiatórios alimentados para o efeito.

As defesas políticas que sinalizam a superioridade prática e moral do lugar e dos gostos dos poderosos, primeiros e mais óbvios candidatos a bodes expiatórios (Girard, 1985), estendem-se ao campo universitário. Ele próprio defendido segundo as mesmas linhas. Condicionam a liberdade dos investigadores de conduzir investigações autónomas sobre a violência. Favorecem a adopção de formas de estudo cúmplices para com as brutalidades do dia-a-dia (alega-se por vezes, a esse respeito, que quem castiga o faz por não resistir à tentação, por ser humano, e merecedor de uma compreensão negada às suas vítimas, estigmatizadas e desumanizadas, como as crianças, as mulheres ou os presos, como no *Fado Tropical* de Chico Buarque de Holanda).[[1]](#footnote-1)

Estudar a violência, portanto, requer capacidade individual de romper com o senso comum, como sempre deveria acontecer com a ciência. As circunstâncias, porém, colocam um outro problema: foram só as disposições individuais dos sociólogos que os tem impedido de dedicar à violência a atenção necessária? Ou há problemas epistemológicos (além das obrigações morais ou profissionais impostas socialmente) por detrás do regular alheamento das teorias sociais face à omnipresença da violência? É um problema emocional (de choque entre diferentes modos de viver com urbanidade universitária e com a rudeza própria de outros meios sociais; da repugnância civilizada perante a violência)? Ou é um problema de paradigma cognitivo limitado e incapaz de assumir a extraordinária independência social e política própria das ciências, no campo das ciências sociais? É um problema do meio universitário, ou é um problema da conduta da sociologia, quando se remete para um estatuto científico secundário de ciência social, entre outras, em vez de continuar ambicionar a prosseguir o caminho que já a trouxe da filosofia social mas ainda não a fez chegar ao mundo das ciências, sem mais adjectivos?

As experiências de colaboração em projectos europeus de investigação, o estudo do trabalho dos colegas, os testemunhos informais que tenho recolhido, convenceram-me não ser uma especificidade nacional a cedência resignada aos condicionalismos da acção no campo dos estudos prisionais. As pressões políticas junto dos investigadores sociais de todas as especialidades existem e têm os seus efeitos orçamentais nos centros de investigação e na carreira de cada um. As lutas intestinas nas universidades giram, naturalmente, em torno dos investigadores orientados para corresponder aos programas de financiamento e os investigadores à procuram de orientações epistémicas satisfatórias para si mesmos e para quem possa trabalhar perto. A prática impossibilidade de dar cientificamente conta da imoralidade penitenciária e judicial, facilmente demonstrada pelas evidências, revela-se um desafio pessoal. Raramente há apoios financeiros e académicos para elaborar tais evidências. E quando os há, será dentro dos limites de especialidades científicas concebidas como processos de isolamento centrípetos. Mantendo intocáveis, no imediato, as epistemologias dominantes.

O risco de estudar a violência é a necessidade prática que decorre disso: a sua denúncia. Esta tem efeitos preventivos automáticos, na condição de ser efectiva no diagnóstico das causas e razões das violências. O que pode trazer problemas para quem vive a criar condições para o exercício impune da violência e a escamotear a perversidade envolvida, utilizando em particular os segredos sociais que tornam magicamente eficaz o temor da violência e, portanto, os poderes que atrás dessa barreira se escondem e separam do resto da sociedade.

Abrir os sistemas penitenciários, como a violência institucional e doméstica, ao escrutínio científico incondicionado é, também, abrir as ciências sociais às lutas por sociedades livres de abusos e violências.

Não estar em condições de revelar a verdade, e menos ainda de discutir a validade dessa verdade, é uma limitação censurável à independência da ciência. É uma imoralidade que não deve estimular a resignação. Zimbardo (2007), quarenta anos após a sua experiência de simulação de uma prisão, na universidade de Stanford, revê o assunto. Sem disso se ter dado conta – foi a sua mulher quem, revoltada, deu conta da transformação que houvera ocorrido – o cientista social tinha-se tornado director da sua cadeia experimental, assistindo ao sofrimento dos voluntários, como qualquer profissional assiste aos sofrimentos das vítimas dos processos sociais que conduz: com indiferença legitimada; como um custo necessário para que se cumpram os desígnios institucionais de que é responsável e interessado.

Quarenta anos depois, o investigador teve a coragem de voltar, detalhadamente, à experiência que o tornou famoso para aludir a algo íntimo que, todavia, deve estar presente na mente de todo o investigador social. Há um princípio activo de adormecimento moral inscrito na própria teoria social: a carreira profissional e a produção de conhecimentos tornam-se mais importantes que o sofrimento alheio. A missão imaginária, como dizem as recomendações metodológicas ensinadas nas universidades, deve distanciar-se tanto quanto possível do objecto de estudo, para que este possa ser incapaz de sensibilizar a empatia natural dos investigadores e secundarizar os objectivos da missão perante as necessidades humanitárias.

Será possível e legítimo romper com este adormecimento, alheamento e indiferença nas ciências sociais?

A partir do momento em que se reconhece a própria teoria social como uma das fontes de legitimação das discriminações sociais, deve recomendar-se persistência e resiliência profissional e epistémica em desmontar os mecanismos dos adormecimento, alheamento e indiferença. Mecanismos que por sua vez reforçam os segredos sociais próprios de cada sociedade, legitimando tacitamente os poderes que deles beneficiam. Poderes que regulam, directa ou indirectamente, o financiamento das instituições de ciências sociais.

\* \* \*

A teoria social tem reagido com reformulações importantes às transformações sociais anteriores, como o fim da Segunda Guerra Mundial e a revolução cultural dos anos 60. Surpreendente seria que desta vez, a propósito e como reacção à actual crise prolongada e de ciclo largo, anunciada em 2008, não o fizesse. A questão não é, pois, a de criar uma nova subdisciplina – a sociologia da violência. A tarefa para quem queira estudar a violência é a de recompor a sociologia dominante de modo a que todas as subdisciplinas possam contribuir para a abertura das ciências sociais, isto é, completar o caminho que falta percorrer entre as filosofias sociais e o mundo das ciências.

No nosso horizonte está a oportunidade de participação nas tarefas de transformação da sociologia, nas próximas décadas, estimulada e mesmo imposta pelas transformações sociais em curso. Cujo adiamento suscita temores e tensões sociais que se estão a acumular. Mas abrirá às nossas experiências mundos novos que há que explorar.

O locus da radicalidade é o essencial biológico: os genes; as potencialidades e limitações da espécie humana; a história de todos e cada um, sem discriminações *a priori*. A prisão revela uma das nossas maiores limitações e, portanto, uma das nossas maiores potencialidades: a sociabilidade. Isolados, os seres humanos não apenas sofrem mas tornam-se piores seres humanos: tendem a adoecer e morrer mais do que os outros. E a adquirir traumas anti-sociais. Se Espinosa tiver razão e existir uma luta entre Eros e Tanatos, a pulsão de vida e a pulsão de morte, a sociabilidade estimula o primeiro e o isolamento o segundo. A profundidade dos efeitos do isolamento social torna-se frequentemente crónica, irreversível, inelástica. Com efeitos não apenas individuais e locais, como as dificuldades de gestão das penitenciárias e da ineficácia das práticas de integração social. Mas com efeitos de difusão geral, que estão identificados em termos associação regular entre as medidas de desigualdades sociais e a presença de problemas sociais (Wilkinson & Pickett, 2009).

A partir daqui, poderemos avançar na descoberta de mecanismos – como os segredos sociais e o exercício da violência – que encobrem dos nossos olhares os modos como as desigualdades sociais – e a estigmatização também – se associam a mau-estar social. Uma sugestão pode ser dedicar alguma reflexão ao estudo das igualdades, daquilo que torna a nossa espécie distinta das outras e solidária entre si, para completar o estudo das desigualdades entre os seres humanos. O estudo da nossa relação, enquanto espécie, com a vida, o ambiente e o cosmos – a nossa igualdade perante a limitada oportunidade de experimentar a vida – reclama uma abertura dos estudos sociais a âmbitos de realidade que se mantém fechados, até hoje (Latour, 2007).

O que nos distingue das outras espécies? Será, como propôs Norbert Elias (1990), a maioria de nós estar, actualmente, teoricamente, dispensada de se envolver em violências maiores? Ou será, antes, a nossa capacidade pessoal e social de criar mundos virtuais, a par dos mundos práticos, de modo que nos é possível imaginar estar livres da violência, mesmo quando cada vez mais estamos impotentes perante as nossas próprias práticas violentas? E cá estamos: entender o que seja a violência, natural ou socialmente construída, espontânea ou organizada, expressiva ou instrumental, segundo a classificação de Parsons, merece uma atenção renovada e aprofundada.

Não basta uma atenção simples. Bouthoul (1991) escreveu um excelente tratado sobre como organizar a sociologia da guerra. Pouco antes Giddens (1988) propôs reformar as dimensões estrutural-funcionalistas ainda hoje utilizadas pela sociologia para considerar a violência no centro das preocupações dos sociólogos. Certamente outros autores terão notado a falta de estudos sociais da violência. O problema é que nenhuma proposta vingou. Há vontades mais poderosas do que a excelente qualidade dos trabalhos citados. Que devem ser identificadas e trabalhadas, se se ambicionar sustentar uma sociologia que trate com rigor as questões da violência.

A tarefa de dar visibilidade à violência, no quadro das ciências sociais, acompanhando Wieviorka e Collins, deve incluir a procura de contribuições e articulações cognitivas com as ciências biológicas e os saberes normativos, como os discutidos pelo direito (direito tácito e naturalizado legitimador do exercício da violência por parte de alguns, como Zimbardo descobriu 40 anos depois; o mesmo direito que condena a penas de prisão milhões de pessoas por crimes não violentos). Sem descurar ter em conta, portanto, a violência simbólica e as acções violentas institucionais, a par das violências não organizadas ou organizadas por entidades não estatais.

# As dimensões sociais

Mouzelis (1995) escreveu um livro para perguntar o que se passa com as teorias sociais que não funcionam. O que não lhes permite encarar o futuro com optimismo? Wallerstein (1996) apelou à abertura das ciências sociais. Therborn (2006:3) denuncia (não é o primeiro; ver Moscovici e Doise (1991) ou Lahire (2003; 2012)) a obsessiva preocupação das investigações sociais com o poder, esquecendo outras dimensões igualmente importante para a sociologia, como a integridade física e a construção de identidades capazes de darem sentido à existência. Não estamos todos sempre focados e a trabalhar para organizar relações de poder. Muitas outras dimensões da vida nos ocupam e, no seu conjunto, consomem muito mais tempo e energia do que as questões do poder. As relações com estranhos, os cuidados quotidianos e a prazo com a saúde e bem-estar pessoal, a manutenção de redes familiares e de amigos, o exercício e a aprendizagem de linguagens, dão muito trabalho e, quase sempre, não se centram na construção de poderes. Pelo contrário, os poderes constroem-se a contar com a falta de tempo de generalidades das pessoas para lidar com questões de poder.

A ausência da violência no centro das teorias sociais é ainda mais surpreendente quando se compatibiliza com a obsessão pelo estudo do poder. De que poder fala a teoria social, que não dispõe do uso da violência? Será um poder feito de pura violência simbólica? Certificados escolares, categorias profissionais, classificações administrativas?

A prescrição epistemológica de distanciamento recomendada à generalidade dos estudantes de sociologia é, frequentemente, entendida como alheamento perante as emoções e sensações provocadas pela observação e perante a empatia espontânea. Sobretudo quando se trata de situações de alarme moral. Como a violência ou os direitos humanos. Como se coubesse apenas às autoridades do momento lidar com isso. E as ciências sociais fossem também incompetentes nesse aspecto. Imaginando-se os sociólogos incapazes de exercer poder, enquanto profissionais, e, portanto, de tratar e manipular corpos ou de representarem o estado, ao contrário de polícias, procuradores ou juízes. O mundo social é apresentado como subjectivo, isto é, alheio à *dureza* dos objectos das outras ciências. Feito de representações evanescentes e efémeras, fora dos corpos, cuja objectividade faz hesitar os próprios cientistas sociais.

Giddens (1985) propôs a substituição das clássicas dimensões sociais (política, economia, prestígio social e cultura) por outras mais adaptadas às realidades das sociedades do capitalismo avançado, a saber: o capitalismo, o industralismo, o belicismo e o securitarismo. Da ausência, a violência passaria a estar directamente representada em duas das dimensões centrais (violência internacional e no controlo das populações) e indirectamente nas outras duas, relacionadas as explorações do trabalho e da natureza. A crítica de Giddens às dimensões sociais utilizadas desde Parsons pela sociologia não teve consequências. Certamente não foi por falta de influência e centralidade do autor. Talvez os tempos não fossem propícios. Será o nosso tempo apropriado à retoma desta crítica?

A ideia de uma sociedade diferenciada em dimensões, como as que Max Weber destacou e Parsons consagrou, em que cada ciência social (economia, ciência política e sociologia) se encarregaria, separadamente, de tratar cada uma destas dimensões, tornou-se um processo centrípeto de hiperespecialização das disciplinas em sub-disciplinas de costas voltadas entre si (Lahire, 2012:347-351). A cooperação intradisciplinar e interdisciplinar torna-se um desejo recomendado e quase sempre frustrado; pelo menos sem influência epistémica. As visões de conjunto, nomeadamente as discussões sobre como se deve conceptualizar a sociedade, o nosso principal objecto de estudo, rarificam-se e, sobretudo, tornam-se estranhamente irrelevantes para os sociólogos, a quem é preciso chamar a atenção para que entrem no debate, como fizeram Burawoy (2004) ou Luhmann (2010).

Mouzelis identifica uma continuidade dos principais problemas epistemológicos entre a fase da hegemonia do estrutural-funcionalismo e a actual fase de contestação pós-moderna desse paradigma. Apesar das críticas sistemáticas às contribuições de Talcott Parsons para a teoria social, os melhores sociólogos, diz Mouzelis (1995:7), foram incapazes de superar o reducionismo e a reificação combinados, reproduzindo-os também eles.

Reduzir a humanidade a figuras de indivíduos justapostas requer autorização para imaginar (reificar) o que os liga entre si. A simplificação das representações sociológicas dominantes sobre a sociedade, como se esta estivesse obcecada com o poder, faz economia das outras preocupações sociais (e segredo da violência), reduzindo ainda mais o escopo de intervenção sociológica. Em contrapartida, abrindo mais espaços para preconceitos optimistas ou pessimistas, conservadores ou radicais, realistas ou críticos. Tantas vezes mais importantes nos processos de investigação e nas conclusões sociológicas dos que os temas substantivos em estudo.

Na sociologia, Max Weber notou a infinita complexidade do poder e da sociedade, como ainda hoje certamente se ensina nas escolas de sociologia. Mas o que fica na mente dos estudantes são os seus trabalhos sobre classes, *status* e partidos, as formas de poder mais importantes e mutuamente cumulativos, reforçados pelas práticas de análise estrutural dominantes, geralmente replicadas também nos estudos subdisciplinares. Cuja rigidez nem Giddens conseguiu perturbar.

Para o estudo da violência não ser apenas mais uma aplicação subdisciplinar da análise estrutural tradicional, micro ou macro localizada, optimista ou pessimista, e para poder integrar as razões de queixa das chamadas minorias que não se sentem representadas (e sentem as suas identidades sociais mal tratadas pela teoria social), há que encontrar um outro modelo analítico capaz de fazer justiça à centralidade, perenidade e importância da violência, das identidades e do bem-estar sociais.

As pessoas e sociedades com menos poder estão mais sujeitas às violências locais e globais. São mais vezes obrigadas a prescindir ou procurar escapar das respectivas identidades sociais estigmatizadas (como as mulheres, os LGBT (movimento gay), os imigrantes, os refugiados, os civis apanhados pelas guerras, os povos alvo de genocídios, os presos) e a sofrer de mal-estares que frequentemente afectam irremediavelmente a sua dignidade e, portanto, a sua saúde. Por serem obrigadas a viver em condições desumanas. Em condições de isolamento. Estas pessoas não são apenas vítimas de violência. São também agressores, geralmente mais fortemente castigados por isso, pois dada a sua fragilidade tornam-se alvos fáceis para agressores mais poderosos. São, por isso, bons bodes expiatórios. Bodes expiatórios cujo comportamento socialmente induzido se auto-realiza, aliviando a má consciência social perante os sacrifícios.

As questões do poder devem ser tratadas de uma forma mais equilibrada do que a teoria social actual é capaz. Não deve omitir a experiência e os pontos de vista dos sectores sociais menos poderosos.

Figura 4.1. Dimensões sociais

PODERES

IDENTIDADES

AFILIAÇÕES

Não se vai discutir aqui o valor epistemológico desta proposta, que discutimos noutros livros (Dores, 2009, 2010a, 2010b). Limitamo-nos a descrevê-la: quando uma criança nasce, desenvolve separadamente a sua relação com o corpo e com os outros seres humanos, através do controlo das emoções e sentimentos, por um lado, e através das linguagens, por outro. Na prática, claro, a nossa vida mais subjectiva terá que se articular de alguma forma com a vida objectivada, comprometida, através das diferentes formas de cultura e acção social. A incorporação da cultura e da experiência é exercitada, por cada um, de maneira particular. Oferecendo à sociedade a saudável diversidade interpretativa que favorece as adaptações – que são transmitidas – e selecciona as práticas que caem em desuso.

A dimensão *afiliações* refere-se aos mundos da acção social, do envolvimento dos corpos. A dimensão *identidades* refere-se aos mundos virtuais, dos discursos e das representações. O mundo dos poderes é a síntese realizada, no topo das instituições sociais, entre os interesses dos grupos sociais dominantes e as personalidades que dão a cara por eles, manipulando a improbabilidade de correspondência entre aquilo que se diz e aquilo que se faz a favor das personalidades e interesses do momento. Com a compreensão e a submissão (ou sem elas) da sociedade no seu todo.

# Sociologia centrífuga está em melhores condições de tratar a violência

As três dimensões referidas não são pensáveis como sistemas fechados, como as clássicas dimensões sociais. Não fazem sentido sem as relações mutuamente influentes que estabelecem entre si. Nem sem as contribuições de ciências naturais e saberes normativos que nelas se misturam com os temas sociológicos actuais.

A nossa extrema capacidade de adaptação, enquanto espécie, trabalha através de cada indivíduo. As desigualdades sociais são a materialização histórica da característica da nossa espécie que favorece a possibilidade de cada um se criar como uma pessoa diferente das outras.

Uma base estreita biológica – a nossa herança genética – determina o regime de desigualdade solidária das sociedades humanas. Cada pessoa, na medida em que interage com as que lhe são próximas, é reconhecível pelo carácter e pela personalidade que cada qual forma e constitui, sem os quais não existe. Encontrar duas pessoas iguais, como são alguns gémeos é raro. Porque a espécie é feita para se diversificar internamente e adaptar ao meio.

No quotidiano, associamos a face, o andar, o modo de vestir e outras características pessoais que estamos habituados a observar e a associar entre si a traços de personalidade e ao carácter das pessoas com quem convivemos. Tornamo-nos, por isso, extremamente sensíveis às desigualdades entre pessoas próximas (muito menos relativamente às pessoas mais distantes). Virados para dentro da nossa espécie tanto mais quanto mais dominamos os riscos ambientais. Até que os desarranjos do ambiente na Terra nos fazem lembrar que a nossa vida depende da sua estabilidade.

A capacidade de adaptação da espécie implica a responsabilidade de cada pessoa assumir como sua a história da sua afiliação, sem a qual não pode construir uma identidade. Por outro lado, dada a sua liberdade, cada pessoa pode fazer da sua história o relato e a apresentação que quiser, podendo a identidade assim constituída reescrever, em retrospectiva, a história da sua afiliação. Exemplificando, a xenofobia é um sentimento natural; o racismo é um aproveitamento cultural e político desse sentimento; a luta contra o racismo é a repressão desse sentimento, de modo a que ele possa ser contido e tratado na órbita individual. Os riscos de difusão do racismo podem ser comparados com a repressão cultural da xenofobia e as vantagens da propaganda da legitimidade e valor dessa repressão.

A capacidade de agência e a liberdade pagam-se com limitações à flexibilidade de manipulação mútua entre identidades e afiliações. À medida que a idade vai avançando, e o caminho da vida vai sendo percorrido, há traços de identidade que não voltam mais a ser recompostos, seja por exigências biológicas, como o envelhecimento, seja por dificuldades sociais, como as exigências dos papéis sociais desempenhados. Perante o desemprego, por exemplo, a destruição implicada nas afiliações e nas identidades (não poder continuar a pagar a educação dos filhos; perda de auto-estima) há quem não veja outra solução que não seja o suicídio. Também nas prisões as taxas de suicídio são sistematicamente superiores às taxas ocorridas na população em geral.

Ao contrário do quadro de dimensões tradicionais, este quadro analítico permite apresentar de forma compreensível a definição de violência. A violência, segundo Reemtsma (2011:111-115), é aquilo que implica uma redução de uma pessoa ao corpo.

Desde que nascemos, o que fazemos é crescer, por dentro e por fora, como se usa dizer, e ir tão alto quanto nos pareça que valha a pena o esforço. A cada um são recomendados caminhos e expectativas muito diferentes entre si. Mas todos aprendemos a falar, a agir e a conjugar estes dois âmbitos de acção (dizer e fazer, identidades e afiliações) de forma mais ou menos sincera, mais ou menos performativa.

A violência, tal como foi definida por Reemtsma, é toda a acção, simbólica ou física, moralmente desejável e útil ou não, voluntária ou involuntária, cujo resultado prático é a redução de uma ou mais pessoas ao corpo. Isto é, um impedimento ou um recuo dos exercícios humanos de expansão da sua capacidade de influência no mundo, seja esse mundo virtual ou prático, particular ou público. Uma redução do seu poder, mas também das suas redes de afiliação ou/e do valor das suas identidades.

Não é possível adoptar esta definição sem, previamente, ter encontrado um lugar para o corpo e para a tendência natural expansiva (para fora do corpo) da vida humana. Apenas uma episteme centrífuga serve o estudo da violência.

\* \* \*

\* \* \*

De seguida iremos ver como licenciados nacionais e estrangeiros, estudantes do 1º ano do mestrado de sociologia do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa no ano lectivo 2013-14, reagiram quando lhes foi pedido que escolhessem um caso de violência para analisar. Primeiro veremos que casos escolheram e, portanto, o que entendem por violência. Depois iremos tomar atenção ao modo como abordaram analiticamente o problema a partir da sua formação de base.

AA VV. (2015). Cova da Moura. Alto-comissário para as Migrações abre processo contra polícias. Retrieved March 1, 2015, from http://www.aeiou.pt/quiosque/cinco-dos-seis-detidos-em-incidentes-com-psp-de-alfragide-sairam-em-liberdade

Alexander, M. (2010). *The New Jim Crow - Mass Incarceration in the Age of Colorblindness*. NY: The New Press.

Almeida, A. N., André, I. M., & Almeida, H. N. de. (1999). Sombras e marcas, os maus tratos às crianças na família. *Análise Social*, (150), 91–121. Retrieved from http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218798695T1vKY9iv7Ce08NU0.pdf

Blackmon, D. A. (2009). *Slavery by another name : the re-enslavement of black americans form the civil war to World War II*. NY: Anchor Book.

Bourdieu, P. (2013). *A Dominação Masculina*. Lisboa: Relógio d´Água.

Bouthoul, G. (1991). *Traité de polémologie - Sociologie des guerres* (1a edição .). Paris: Payot.

Collins, R. (2005). *Interaction Rituals Chains*. Princeton: Princeton University Press.

Collins, R. (2008). *Violence: A Micro-sociological Theory*. Princeton: Princeton University Press.

Collins, R. (2013). Micro and Macro sociological causes of violent atrocities. *Sociologia Problemas E Práticas*, (71), 9–22. doi:10.7458/SPP2013712327

Cunha, M. I. (2002). *Entre o Bairro e a Prisão: Tráficos e Trajectos*. Fim de Século.

Dores, A. P. (2009). *Espírito de Submissão*. Coimbra: Fundação Caloust Gulbenkian/Coimbra editora.

Dores, A. P. (2010a). *Espírito de Proibir*. Lisboa: Argusnauta.

Dores, A. P. (2010b). *Espírito Marginal*. Lisboa: Argusnauta.

Dores, A. P. (2013). A análise jornalística torna irreconhecível a densidade da vida. *Revista Angolana de Sociologia*, (11), 35–50. Retrieved from http://hdl.handle.net/10071/6782; http://ras.revues.org/320

Dores, A. P., & Preto, J. (2013). *Segredos das Prisões*. Cascais: RCP edições.

Elias, N. (1990). *O Processo Civilizacional (Vol I e II)* (1a edição .). Lisboa: D. Quixote.

Foucault, M. (1999). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (2006). *É Preciso Defender a Sociedade*. Lisboa: Livros do Brasil.

Giddens, A. (1988). Dimensões da modernidade. *Sociologia Problemas E Práticas*, (4). Retrieved from http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/36/407.pdf

Girard, R. (1985). *La Route Antique des Hommes Pervers*. Paris: Bernard Grasset.

Goffman, E. (2004). *Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* (1a ed.1963 ed.). Colectivo Sabotagem.

Greaber, D. (2011). *Debt – the First 5000 Years*. NY: Melville House Publishing.

Hirschman, A. O. (1997). *As Paixões e os Interesses*. Lisboa: Bizâncio.

Lahire, B. (2003). *O Homem Plural – As Molas da Acção*. Lisboa: Piaget.

Lahire, B. (2012). *Monde pluriel. Penser l’unité des sciences sociales* (Couleur de.). Paris: Seuil.

Latour, B. (2007). *Changer de société, refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte.

Moscovici, S., & Doise, W. (1991). *Dissensões e Consenso*. Lisboa: Livros Horizonte.

Perkinson, R. (2004). Some US prisons as bad as Abu Ghraib. *Straits Times Interactive*. Retrieved from <http://straitstimes.asia1.com.sg> by perk@hawaii.edu.

Rolo, J. M. (2006). *O Regresso às Armas - tendências das indústrias da defesa*. Chamusca: Edições Cosmos.

Ruggiero, V. (2000). *Crime and Markets – essays in Anti-Criminology* (p. 208). Oxford: Oxford University Press.

Therborn, G. (2006). Meaning, Mechanisms, Patterns and Forces: an Introduction. In G. Therborn & (ed.) (Eds.), *Inequalities of the World – New Theoretical Frameworks, Multiple empirical approaches* (pp. 1– 58).

Wacquant, L. (2000). *As Prisões da Miséria*. Oeiras: Celta.

Wallerstein, I. (1996). *Para Abrir as Ciências Sociais*.

Wieviorka, M. (2005). *La Violence*. Paris: Hachette Littératures.

Wilkinson, R., & Pickett, K. (2009). *The Spirit Level – why more equal societies almost always do better*. London: Penguin Books.

Woodiwiss, M. (1988). *Crime, Crusades and Corruption - Prohibitions in the United States, 1900-1987*. London: Piter Publisher.

Woodiwiss, M. (2005). *Gangster Capitalism: The United States and the Global Rise of Organized Crime*. London: Constable.

Zimbardo, P. (2007). *The Lucifer Effect: understanding how good people turn evil*. NY: Random House.

1. "(…) Sabe, no fundo eu sou um sentimental
Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dose de lirismo
(além da sífilis, é claro)
Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar,
trucidar
Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora..." (…)

Link: <http://www.vagalume.com.br/chico-buarque/fado-tropical.html#ixzz3AwcjWKhJ>, visto em 2014-08-20. [↑](#footnote-ref-1)